

Setúbal: decisão que terá desdobramentos

O presidente do Banco Itaú e ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, classificou a declaração conjunta dos governos brasileiro, mexicano, argentino e colombiano sobre a alta dos juros norte-americanos e suas consequências sobre as dívidas externas desses países de "extremamente importante e que certamente terá desdobramentos na próxima reunião de cúpula dos sete mais industrializados do Ocidente, a realizar-se no próximo mês, em Londres".

Além dos problemas enfrentados pelos países devedores latino-americanos, há também, de acordo com Setúbal, a crise financeira dos desenvolvidos, ilustrada pelo caso do **Continental Illinois**. A expectativa do ex-prefeito paulistano é a de que nessa reunião de cúpula "os líderes mundiais mostrem um caminho possível para o sistema financeiro internacional".

Logo depois do encontro dos sete mais industrializados, terá início a negociação dos credores estrangeiros com a Argentina, "verdadeira prova de fogo", segundo Setúbal, "que definirá os rumos para futuros entendimentos com os devedores do Terceiro Mundo".

Para o vice-presidente do Bradesco, Fernão Bracher, a declaração conjunta tem de ser entendida "no contexto do desaparecimento do mercado financeiro internacional para os países devedores da América Latina". Como tal mercado simplesmente deixou de existir, acrescentou, "faz muito sentido essa declaração conjunta porque chama atenção sobre a necessidade de as autoridades dos países desenvolvidos tomarem medidas visando ao restabelecimento do mercado financeiro internacional".



Arquivo

Argentina, "prova de fogo"

Na opinião do presidente do Banespa, Luiz Carlos Bresser Pereira, a declaração conjunta é "um marco histórico da independência econômica da América Latina. Apesar disso, ela não significa a formação de uma Opep dos pobres, porque para fazer um cartel de devedores seria necessário conseguir-se uma unidade política muito grande, a qual não existe devido à diversidade de problemas dos países signatários".

O presidente do Banespa defende a fixação de uma taxa de juros para os devedores nos mesmos níveis vigentes na época dos empréstimos e a capitalização de cerca de 80% dos juros vencidos, no caso brasileiro, já a partir do segundo semestre deste ano.

FIESP

Uma clara advertência que deve ser levada a sério pelos países credores, em uma nota procedente, pertinente e oportuna. Estas foram as opiniões totalmente favoráveis à nota conjunta dos países devedores, protestando contra a alta dos juros internacionais, da maioria dos diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Para o presidente da entidade, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, é uma advertência de que os devedores poderão ir até à moratória. Segundo ele, o Brasil está com um acordo assinado com o FMI, o que não prevê novo aperto à vista, mas o trabalho conjunto com os demais países signatários é uma posição firme e uma advertência séria. Ele acredita que outros países deverão aderir, extrapolando o continente latino-americano. Vidigal destaca que por enquanto ninguém está cogitando de uma moratória, mas "os bancos devem entender que não é um grito de leão que tem a força de um gato".

SOLUÇÃO

O representante do banco norte-americano Security Pacific, Joe Wythe, disse que considera positivo o movimento dos países endividados da América Latina pela procura de uma solução conjunta para seus problemas econômicos. "Acho que esses países não estão articulando uma moratória coletiva mas uma solução viável para um problema que se agravou com a elevação das taxas de juros", afirmou.

Após salientar que o Security Pacific vem defendendo há tempo uma solução de longo prazo para que os países possam retomar o crescimento, Wythe disse que muitos bancos não estão preocupados com isso e provavelmente discordem do documento divulgado pelos países devedores da América Latina, no final da semana.